

ELEIÇÕES 2019

União Europeia evita falar de fraude, mas aponta para mudança improvável dos padrões de voto



Passados 51 dias após a validação e promulgação dos resultados das eleições de 15 de Outubro, a missão de observação eleitoral da União Europeia lançou na quarta-feira o seu relatório final sobre o processo eleitoral. No documento de 40 páginas (excluindo os anexos), a missão recorre a uma linguagem diplomática e evita o uso de expressões como fraude eleitoral, mas levanta várias questões que afectaram a credibilidade e justiça das sextas eleições gerais e terceiras para as Assembleias Provinciais.

Por exemplo, a missão questiona aquilo a que chama de “impressionante mudança” do padrão de voto nas províncias historicamente dominadas pela oposição, concretamente a Renamo. A “surpreendente inver-

são” dos resultados eleitorais verificou-se nas províncias de Sofala, Nampula e Zambézia, e nos distritos de Bárue (Manica), Tsangano (Tete) e Ngaúma (Niassa).

Em Nampula, maior círculo eleitoral onde os dois principais partidos estavam empatados com 22 mandatos na Assembleia da República em 2014, a Renamo perdeu 6 e a Frelimo subiu para 28 assentos nas eleições de 2019. Na Zambézia, segundo maior círculo eleitoral, a Frelimo ganhou mais 10 mandatos, passando de 18 conseguidos em 2014 para 28 assentos, enquanto a Renamo perdeu 10 mandatos nas últimas eleições. Em Sofala, outra província que historicamente votou na oposição, a Frelimo saiu dos 8 mandatos de 2014 para 14, enquanto a Renamo viu o número decrescer de 10

para 4 e o MDM de 3 para 2 assentos.

Nas províncias centrais de Tete e Manica também verificou-se uma “impressionante mudança” do padrão de voto. Em Tete, a Frelimo viu o número de mandatos crescer de 11 (em 2014) para 17 (em 2019) e, em sentido contrário, os mandatos da Renamo caíram de 10 (em 2014) para 4. Já em Manica os dois partidos foram às eleições com o mesmo número de mandatos (8), mas a Frelimo foi ganhar mais 5 assentos e a Renamo perdeu 4.

É interessante notar que nos dois principais círculos eleitorais, Nampula e Zambézia, mais a província de Tete, os mandatos que a Renamo perdeu em 2019 passaram todos para a Frelimo. Por isso, a missão de observação eleitoral da União Europeia con-

sidera “improvável” a “inesperada, direcionada e significativa mudança” nas preferências de voto estritamente limitadas às zonas historicamente dominadas pela oposição, e contrariando os resultados das eleições autárquicas de 2018. A “impressionante mudança” do padrão de voto é considerada “improvável” devido ao “ambiente político polarizado” e “às preferências de voto profundamente enraizadas”. Concluindo, a missão faz notar que a maioria da Frelimo em todos os 154 distritos foi alcançada “através de um cuidadoso foco nos distritos e províncias da oposição”.

Os observadores da União Europeia ana-

lisaram também os resultados das presidenciais de 2014 e 2019 e constataram que a mudança dos padrões de voto revela o “sucesso de uma estratégia centralizada, com o objectivo aumentar os votos a favor do partido no poder nos distritos da oposição”. Como se pode depreender, a “mudança dos padrões de voto” é um eufemismo que a União Europeia usa para se referir ao enchimento de urnas a favor da Frelimo nas zonas onde a Renamo têm as suas bases apoio.

Sobre o recenseamento eleitoral em Gaza, o relatório indica que houve registo de 453.170 eleitores a mais comparativamente

às projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE). Do segundo círculo eleitoral mais pequeno em 2014, Gaza passou para o quarto maior círculo eleitoral do país em 2019, com o número de assentos na Assembleia da República a aumentar de 13 para 22. “O efeito eleitoral do recenseamento inflacionado totalizou um aumento injustificado de 280.137 votos para a Frelimo”, escrevem os observadores. Quanto às presidenciais, o relatório indica que Filipe Nyusi “ganhou” 133.585 votos a mais resultantes da viciação dos dados do recenseamento nos distritos Chókwè e Chibuto, em Gaza.

Falta de transparência e secretismo na contagem de votos e no apuramento distrital

Os observadores da União Europeia afirmam que o processo de contagem de votos não foi transparente em 22 das 69 mesas observadas em todo o país. E dizem mais: o processo de contagem de votos, na sua generalidade, foi “impreciso e caótico” em quase um terço das mesas observadas. E argumentam: “foi frequentemente negado aos delegados da Renamo e do MDM os formulários para a apresentação de reclamações nas mesas de votação; os delegados e membros de mesa indicados pelos partidos receberam cópias de editais, mas, em mais de 20 por cento dos casos observados, os resultados eleitorais não foram afixados na mesa de votação”.

Quanto ao apuramento distrital dos resultados, o relatório fala de um processo “confuso” em 11 distritos e marcado por “secretismo” em 12 distritos. Houve desorganização na recepção do material a nível distrital e os observadores da União Europeia falam de casos de preenchimento de actas e editais por membros de mesas enquanto aguardavam na fila para entregar os resultados. A União Europeia acompanhou o apuramento distrital em 51 distritos e, no fim, concluiu que na sua maioria o processo não foi transparente.

Na sequência dos problemas constatados na contagem e apuramento distrital, o rela-



Crédito: Correio da Manhã

tório questiona a veracidade dos resultados em todo o país, à excepção da Cidade de Maputo, Inhambane e Niassa. Concretamente, a União Europeia aponta para vários factores que afectaram a credibilidade dos resultados eleitorais, desde logo as “improváveis taxas de participação (Gaza, Sofala, Nampula e Cabo Delgado); contagem cla-

ramente fraudulenta com evidências de enchimento de urnas (Zambézia, Sofala, Manica e Nampula); grande número de boletins invalidados (Sofala e Nampula); resultados claramente alterados (Zambézia); óbvios erros aritméticos nos editais das mesas de votação (Tete); e insuficiente acesso ao processo (Tete).

Credenciação, violência e o poder da Frelimo

Principal problema que afectou várias organizações nacionais de observação eleitoral, a falta de credenciação não passou despercebida no relatório da União Europeia.

Por todo o país, as Comissões Provinciais de Eleições criaram dificuldades para a credenciação de observadores nacionais e milhares de pedidos ficaram sem reposta. Por

exemplo, os órgãos eleitorais rejeitaram a credenciação de mais de 3.000 observadores do Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD).

Entretanto, a missão da União Europeia reporta casos de grupos desconhecidos de observadores que conseguiram obter a credenciação poucos dias antes da votação. “O número de observadores nacionais aumentou rapidamente de 10.000 para 42.000 e a sua filiação era desconhecida”, lê-se no documento. Durante a votação, a missão da União Europeia diz ter identificado observadores de organizações desconhecidas pela comunidade de observação eleitoral moçambicana. Mais tarde, os órgãos eleitorais informaram que grande desses observadores desconhecidos do grande público “pertenciam a grupos da juventude da Frelimo”.

O relatório faz referência à falta de con-

fiança do público em relação à actuação da Polícia, frequentemente vista como sendo mais favorável e até submissa ao partido Frelimo. A falta de confiança, diz o relatório, foi agravada pelo assassinato a tiro do activista e observador eleitoral Anastácio Matavele, um crime executado por agentes da Polícia a uma semana das eleições. Foi devido à falta de confiança que os partidos da oposição mostraram relutância em partilhar as suas agendas de campanha com a Polícia, receando que as autoridades pudessem partilhar os avisos prévios com os apoiantes da Frelimo e estes, por sua vez, iriam ocupar ou bloquear os locais previamente planeados.

Além de contar com a actuação favorável

da Polícia, a Frelimo tem ao seu dispor meios do Estado para fazer a campanha, situação que cria desigualdade de oportunidades com os concorrentes. “O partido no governo dominou a campanha em todas as províncias e beneficiou das vantagens de ser o partido no poder, incluindo o uso injustificado de recursos de Estado, de mais escolta policial e mais cobertura nos meios de comunicação social do que os seus adversários”, escrevem os observadores da União Europeia. O relatório destaca ainda as contribuições financeiras obrigatórias a favor do partido no poder e/ou participação obrigatória de funcionários públicos nas actividades de campanha da Frelimo em todas as províncias.

Recomendações dos observadores da União Europeia



São ao todo 20 recomendações que a missão de observação eleitoral da União Europeia deixou em Maputo. Destaque vai para a necessidade de adopção e do reforço de políticas para uma actuação imparcial e livre de influência política da Polícia a todos os níveis, assegurando que aqueles cometem violações à lei e aos direitos humanos durante o período eleitoral serão responsabilizados; criação de um ambiente seguro e livre de intimidação para a participação de observadores eleitorais e representantes dos partidos em assuntos políti-

“

Na verdade, as constatações da missão de observação eleitoral da União Europeia coincidem com os problemas levantados em tempo oportuno por observadores nacionais, com destaque para o CDD

cos e eleitorais; criar e manter, através de actualizações nos anos eleitorais, um recenseamento eleitoral credível e permanente que goze de confiança pública e que reflita com mais rigor o número de eleitores em cada província; aumentar a transparência e a confiança no processo eleitoral através da publicação de cópias originais dos resultados das mesas de assembleia de voto na página de Internet da CNE para consulta pública; garantir a independência orçamental da CNE através de uma linha de acesso directo aos fundos aprovados no Orçamen-

to de Estado, evitando que o desembolso de dinheiro para a realização de eleições, incluindo para o financiamento público da campanha eleitoral, esteja dependente do Governo.

As recomendações da missão da União Eleitoral estão em linha com os princípios e compromissos regionais, continentais e inter-

nacionais de que Moçambique é signatário, com destaque para os seguintes: Normas e Padrões para Eleições na Região da SADC; Declaração da União Africana sobre os Princípios que Regem as Eleições Democráticas em África; Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança; Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas, Conselho de

Direitos Humanos das Nações Unidas; e Relatório do Relator Especial para o Direito às Liberdades de Reunião e Associação.

Na verdade, as constatações da missão de observação eleitoral da União Europeia coincidem com os problemas levantados em tempo oportuno por observadores nacionais, com destaque para o CDD.



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: João Nhabanga Tinga
Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD Centro para Democracia e Desenvolvimento

[CDD_eleicoes](#) | **E-mail:** info@cddmoz.org | **Website:** www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
 Confédération suisse
 Confederazione Svizzera
 Confederaziun svizra
 Embaixada da Suíça em Moçambique



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO